



A construção do Açude Lima Campos, Icó - CE: trabalho, técnica e natureza.

Autor¹

Priscilla Régis Cunha de Queiroz - Universidade Federal do Cariri-UFCA

E-mail: priscilla.queiroz@ufca.edu.br

ORIENTADORA:²

Maria Verónica Secreto- Universidade Federal Fluminense-UFF

E-mail: verorica.secreto@ig.com.br

Com a grande seca de 1877-79 a questão das estiagens deixou de ser percebida como problema localizado e passou a figurar como questão social. Daí em diante as propostas de cientistas, políticos e intelectuais previam planejamento e execução de ações que pretendiam resolver definitivamente o problema da falta de água no semiárido brasileiro. Com base nos estudos técnicos custeados pelo Estado, foram iniciadas diversas grandes obras no Ceará. Uma das mais audaciosas empreitadas dessa intervenção foi a construção de grandes represas e canais de irrigação. No Ceará, essas obras foram capitaneadas pelo corpo técnico que compunha a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), que mais tarde, em 1945, viria a receber o nome de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Aqui, pretendo esboçar a análise das modificações do espaço sertanejo decorrentes das obras executadas pela IFOCS em dinâmica com a experiência dos

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) firmado entre a Universidade Regional do Cariri e o programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.

² Professora da Universidade Federal Fluminense e coordenadora do DINTER URCA-UFF.



trabalhadores e trabalhadoras engajados nas obras públicas, sobretudo na construção do Açude Lima Campos, em Icó.

No contexto da expansão da economia capitalista observamos a importância do desenvolvimento de projetos de modernização mundo a fora. Associado ao marcante avanço tecnológico nos transportes e nas comunicações, esse processo social permitiu o desenvolvimento da moderna engenharia que, no Brasil, delimitou sua constituição como um verdadeiro “campo científico”.

Durante a grande seca de 1932 o Estado projetou-se como entusiasta e mantenedor de ações institucionalizadas que canalizaram esforços para superação da crise por meio de respostas modernas. A edificação de reservatórios seguiu sendo a opção defensável por parte dos homens da ciência no Brasil. Nesse movimento, as concepções teóricas e ideológicas dos engenheiros nortearam projetos de racionalização do território nacional. Suas ações deixaram marcas profundas no Ceará.

A empreitada governamental se somou aos esforços de fazendeiros e pequenos proprietários de terras que já recorriam a construção de açudes e conheciam detalhes sobre as formas e dimensões adequadas para sangradouros, muralhas e comportas. Nesse sentido, interessa perceber como se deu a relação entre esses saberes técnicos institucionalizados e os tantos saberes passados de geração a geração.

A construção do Açude Lima Campos foi viabilizada pela Inspetoria de Obras Contra as Secas (IFCOS), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração Nacional. À época, a pretensão da inspetoria era fazer com que as terras do Vale do Salgado, que abarcam o município de Icó, no centro-sul cearense, se prestassem ao estabelecimento de um sistema de reserva d’água e irrigação, projetos traçados tendo em vista os saberes técnicos que apontavam qualidade e conformação da área.

Em 1912, foi feito o orçamento para a construção do açude Estreito – hoje Lima Campos, ao mesmo tempo foram estudados e orçados mais outros dois açudes: o Poço dos Paus no município de São Mateus, atualmente Jucás, e o Riacho do Sangue no



município de Cachoeira, Solonópoles. O intuito era eleger os locais indicados para a açudagem, dando prioridade aos custos baixos. Estudou-se a topografia, a flora, a produtividade do solo, os recursos hídricos e os cultivos praticados nas localidades, bem como informações acerca da demografia e economia.

Segundo a inspetoria, falhas no projeto impediram o desenvolvimento da construção. O ponto mais problemático foi a desproporção entre a capacidade da bacia hidráulica e a descarga anual do Rio São João, muito aquém do que deveria ter para suprir o açude projetado. É do interesse da presente pesquisa perceber o desenrolar da questão do cancelamento da obra, sobretudo, diante do contexto de retomada da obra que se dá apenas durante as calamidades decorrentes da grande seca de 1932.

Em Icó, a construção do reservatório do Estreito, primeiro nome da obra, teve início no dia 11 de abril de 1932, e foi concluída antes de chegarem as chuvas de inverno de 1933. A população de retirantes empregou grandes esforços para a construção da obra que foi entregue em tempo recorde. O cotidiano era duro, o trabalho muito pesado. A grande maioria das atividades era executada manualmente, inclusive por conta no atraso na entrega de ferramentas e na realização de obras auxiliares.

Nesse período, a região atravessou muitas dificuldades com a seca. Ao longo do processo, os vários grupos sociais que a compõe tiveram que deslocar suas certezas para incluir novos sujeitos e modificações do espaço em uma dinâmica nada harmoniosa, realidade pouco compreensível se desassociado da relação entre sociedade, técnica e natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Lima Campos; Técnica; Natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAPURUNGA, José. **Bem-vindo ao reino do louro e da peixada: Icó Patrimônio Nacional**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.



III Seminário Nacional de História e Contemporaneidades

Brasil: autoritarismo, cultura política e direitos humanos

Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-CE de 6 a 9 de Março de 2018

MONTEIRO, Renata Felipe. **Um Monumento ao Sertão: ciência, política e trabalho na construção do Açude Cedro (1884-1906)**. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MORAES, Kleiton de Sousa. **O Sertão Descoberto aos Olhos do Progresso: A Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918)**. Dissertação de mestrado em história, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.